



## **DECRETO Nº 11**

*de 22 de janeiro de 2013*

**"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO PROPRIETÁRIO DE  
IMÓVEL URBANO APRESENTAR AO SETOR DE  
ANÁLISE/PROJETOS O OBJETIVO FINAL DE EDIFÍCIOS  
DESTINADOS A IMPLANTAÇÃO DE CONDOMÍNIOS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS"**

*MARCELO HENRIQUE DE MELLO, Prefeito Municipal de Jardim - MS, no  
uso de suas atribuições contidas nos artigo 76, inciso VII, da Lei Orgânica do  
Município:*

*CONSIDERANDO os artigos 182, §§ 1º e 2º, e 3º, inciso VII da  
Constituição Federal,*

*CONSIDERANDO o artigo 8º da Lei 4.591/64 que dispõe regulamentado  
em edificações e as incorporações imobiliárias,*

*CONSIDERANDO que no âmbito Municipal existem leis regulamentando  
o parcelamento do Solo Urbano Lei nº 684/90, bem como suas alterações  
Leis Complementares nº 058/2007 e 078/2010,*

*CONSIDERANDO que no condomínio de dois ou mais pavimentos, a  
fração ideal do terreno é o índice de participação abstrata e indivisa de  
cada condômino expresso sob forma decimal, ordinária ou porcentual e  
nos casos de condomínio constituído de casas térreas ou assobradadas se  
refere ao tamanho do futuro lote, expresso também em área, limites e  
confrontações.*

**DECRETA:**

### **Art. 1º..**

*Fica obrigado ao proprietário de imóvel urbano na apresentação do projeto de construção para o Setor de Análise/Projetos junto a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, delimitar sua intenção quanto à implantação de condomínio.*

#### **1º**

*Caso o proprietário descrito no artigo anterior, proponha a destinação de condomínio para casas térreas ou assobradadas, deverá fazê-lo respeitando os termos do artigo 3º da Lei Complementar Municipal nº 078/2010 ou legislação municipal que venha regulamentar a matéria.*

### **Art. 2º..**

*Ao proprietário que descumprir a legislação em vigência será computada multa de 500,00 (quinhentos) UFMJ, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis.*

#### **1º**

*A sanção contida no caput deste artigo será cancelada caso o proprietário providencie a adequação do imóvel no prazo não superior a 90 (noventa) dias.*

#### **2º**

*Não havendo adequação no prazo determinado, será procedida a Inscrição na Dívida Ativa do Município.*

### **Art. 3º..**

*Não se enquadram nesta regra os imóveis já autorizados pelo Município.*

### **Art. 4º..**

*Caberá ao Setor de Análise/Projetos decidir quanto aos imóveis já edificados.*

### **Art. 5º..**

*Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 02 de janeiro de 2013.*

*EM, 22 DE JANEIRO DE 2013.*

**MARCELO HENRIQUE DE MELLO**

*Prefeito Municipal*

---

*Decreto Nº 11/2013 - 22 de janeiro de 2013*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*